

Lucena propõe pacto contra a crise econômica

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), disse ontem — em seu discurso de abertura do ano legislativo — que o presidente Itamar Franco tem credibilidade para convocar “um grande pacto social” para enfrentar a crise econômica, “acima das divergências ideológicas e partidárias”. Lucena sugeriu, porém, que, depois de acatada por políticos, empresários e trabalhadores a convocação, “o Presidente da República se retire de cena e entregue a coordenação dos instrumentos aos ministros da área econômica do governo”. Na opinião do senador, os ministros, então, “iriam tentar, junto aos representantes dos partidos, dos empresários e dos trabalhadores, a montagem de um plano, do ponto de vista global e setorial”.

Esse plano, segundo Lucena, teria duas fases. “Uma, de curtíssimo prazo, que desaguaria num programa mínimo de emergência, para 180 dias, outra, de curto e médio prazos, que visaria a elaboração de um plano econômico alternativo, para o resto do mandato presidencial”, explicou. Para o senador, esse pacto “procuraria tirar o País da recessão, sem prejuízo do combate sistemático e eficaz à inflação”, seguindo “uma fórmula no sentido da retomada do crescimento”, com “reativação das atividades produtivas e, conseqüentemente, elevação do nível de emprego e restauração gradual do valor real dos salários, numa convivência com taxas suportáveis de inflação”.

Ele afirmou ainda que, caso haja consenso e formalize-se o pacto com referendo do Congresso Nacional, “todas as medidas pertinentes ao plano acordado teriam plena sustentação parlamentar, inclusive dos políticos ou dos segmentos partidários de oposição que, por sua vez, passariam a fiscalizar sua execução”.

Lucena também fez um balanço do País em seu discurso. “Realmente, a taxa de desemprego chegou a situar-se nos níveis de 14 a 15 por cento, a ociosidade industrial média gira hoje em torno de 30 por cento e os investimentos sociais *per capita* do setor público tiveram um declínio de 19 por cento de 1988 para cá, conforme dados do Secretária de Planejamento. Nas áreas de Educação e Saúde, verificaram-se cortes de cerca de 50 por cento, afetando sobretudo as áreas mais carentes”.